

FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA
CNPJ: 83.852.418/0001-54
Içara – SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores Expressos em Reais)

A T I V O

		2020	2019
CIRCULANTE	Nota:	9.516.264,95	4.314.725,31
Caixa e Equivalentes de Caixa	3A - 4	6.892.371,90	2.831.925,01
Créditos de Convênios	3B - 5	1.001.241,63	1.026.700,70
Estoques - Materiais e Medicamentos	3C - 6	1.551.512,56	443.787,25
Outras Contas a Receber		71.138,86	12.312,35
		15.922.700,85	15.718.302,86
NÃO CIRCULANTE			
Créditos a Longo Prazo		130.302,34	125.432,66
Depósitos Judiciais		75.139,23	72.639,23
Investimentos		55.163,11	52.793,43
Imobilizado	3D - 7	15.792.398,51	15.592.870,20
Bens em Operação		23.858.601,18	22.433.142,07
(-) Depreciações Acumuladas		(8.066.202,67)	(6.840.271,87)
TOTAL DO ATIVO		25.438.965,80	20.033.028,17

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA
CNPJ: 83.852.418/0001-54
Içara - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores Expressos em Reais)

PASSIVO

		2020	2019
CIRCULANTE	Nota:	11.195.436,99	8.953.867,85
Fornecedores	3E - 08	3.055.051,87	3.882.031,22
Salários e Ordenados a Pagar		10.066,42	423.216,50
Impostos, Taxas e Contribuições	3G - 09	675.418,41	1.052.916,87
Empréstimos e Financiamentos	10	500.000,00	583.836,68
Provisões de Férias e Encargos		928.725,52	743.072,32
Subvenções para Custeio	3I - 11	5.947.881,41	2.185.353,76
Outras Obrigações		78.293,36	83.440,50
NÃO CIRCULANTE		26.375.609,32	25.640.917,27
Impostos, Taxas e Contribuições	3G - 09	19.866.136,31	19.254.391,75
Subvenções Para Investimentos	3J - 12	6.476.418,77	6.370.525,52
Outras Obrigações		33.054,24	16.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	(12.132.080,51)	(14.561.756,95)
Patrimônio Social		9.249.320,97	9.249.320,97
Superávit/Déficit Acumulados		(23.827.418,56)	(21.270.320,97)
Superávit do Exercício		2.446.017,08	(2.540.756,95)
TOTAL DO PASSIVO		25.438.965,80	20.033.028,17

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA
CNPJ: 83.852.418/0001-54
Içara - SC

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Valores Expressos em Reais)

	01/jan./20	01/jan./19
	a	a
	31/dez./20	31/dez./19
	Nota:	
RECEITAS COM SAÚDE - OPERACIONAIS	14	
Sem Restrição	29.951.902,79	15.757.212,81
Receita de Serviços por Convênios	13.915.442,38	9.473.969,57
Receita de Serviços Externos	642.612,57	691.581,99
Subvenção Federal	-	-
Subvenção Estadual	10.594.336,98	1.822.814,75
Subvenção Municipal	4.429.448,00	3.607.684,50
Outros Auxílios e Subvenções	370.062,86	161.162,00
CUSTEIOS DE SAÚDE	(25.946.182,03)	(17.714.523,25)
Despesas de Pessoal e Encargos	(10.092.169,67)	(8.215.865,26)
Despesas com Profissionais Médicos	(8.617.303,31)	(6.378.172,87)
Despesas com Materiais e Medicamentos	(7.236.709,05)	(3.120.485,12)
SUPERÁVIT/DÉFICIT OPERACIONAL	4.005.720,76	(1.957.310,44)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(804.876,55)	(11.949,68)
Outras Receitas	873.805,89	723.410,09
Despesas Gerais e Administrativas	(4.091.653,96)	(2.517.636,59)
Receitas de Isenção da Filantropia	2.412.971,52	1.782.276,82
RESULTADO FINANCEIRO	15	
Receitas Financeiras	9.342,54	13.727,66
Despesas Financeiras	(764.169,67)	(585.224,49)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	3L	
	2.446.017,08	(2.540.756,95)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)


Fundação Social
São Donato Hospitalar de Içara
Valmor da Silva
CPF 341.243.308-87
Diretor Presidente


ANTÔNIO DE MELLO
Contador
CPF 245.376.919-72
CRC-SC 12.837/O-4

FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA
CNPJ: 83.852.418/0001-54
Içara - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
(Valores Expressos em Reais)

EVENTOS	PATRIMONIO SOCIAL	DÉFICIT ACUMULADO	SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	TOTAL
SALDOS EM 31/DEZ./2018	9.249.320,97	(21.247.634,99)	51.031,01	(11.947.283,01)
Superávit/Déficit do Exercício	-	-	(2.540.756,95)	(2.540.756,95)
Ajustes de Períodos Anteriores	-	(73.716,99)	-	(73.716,99)
Transferência Entre Contas	-	51.031,01	(51.031,01)	-
SALDOS EM 31/DEZ./2019	9.249.320,97	(21.270.320,97)	(2.540.756,95)	(14.561.756,95)
Superávit/Déficit do Exercício	-	-	2.446.017,08	2.446.017,08
Ajustes de Períodos Anteriores	-	(16.340,64)	-	(16.340,64)
Transferência Entre Contas	-	2.446.017,08	(2.446.017,08)	-
SALDOS EM 31/DEZ./2020	9.249.320,97	(18.840.644,53)	(2.540.756,95)	(12.132.080,51)
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	2.429.676,44	-	2.429.676,44

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA
CNPJ: 83.852.418/0001-54
Içara - SC

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
(Valores Expressos em Reais)

	01/jan./20 a 31/dez./20	01/jan./19 a 31/dez./19
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.466.219,11	2.866.011,66
Superávit (Déficit) do Exercício	2.446.017,08	(2.540.756,95)
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização do Período	1.225.930,80	774.044,59
Ajuste de Exercícios Anteriores	(16.340,64)	(73.716,99)
Variações nos ativos e passivos		
Redução (Aumento) de Créditos de Convênios	25.459,07	70.960,36
Redução (Aumento) de Estoques	(1.107.725,31)	(131.084,24)
Redução (Aumento) de Outras Contas a Receber	(58.826,51)	55.345,03
Redução (Aumento) de Depósitos Judiciais	(2.500,00)	(34.084,22)
Aumento (Redução) de Fornecedores	(826.979,35)	1.494.698,44
Aumento (Redução) de Salários e Ordenados a Pagar	(413.150,08)	423.216,50
Aumento (Redução) de Impostos Taxas e Contribuições	234.246,10	523.684,82
Aumento (Redução) de Provisão de Férias e Encargos	185.653,20	130.197,73
Aumento (Redução) de Subvenções em Andamento	3.762.527,65	2.185.353,76
Aumento (Redução) de Outras Obrigações	11.907,10	(11.847,17)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.427.828,79)	(1.593.232,39)
Redução (Aumento) do Imobilizado	(1.425.459,11)	(1.589.302,50)
Redução (Aumento) dos Investimentos	(2.369,68)	(3.929,89)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	22.056,57	579.286,03
Redução (Aumento) dos Empréstimos e Financiamentos	(83.836,68)	38.873,24
Aumento (Redução) de Doações/subvenções para Investimento	105.893,25	540.412,79
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.060.446,89	1.852.065,30
Disponibilidades no Início do Exercício	2.831.925,01	979.859,71
Disponibilidades no Final do Exercício	6.892.371,90	2.831.925,01

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA
CNPJ: 83.852.418/0001-54
Içara - SC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA**, instituída pelo **HOSPITAL DE CARIDADE SÃO DONATO** é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tendo por finalidade a manutenção de um hospital e prestação de serviços de assistência médica hospitalar a todos que necessitarem sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, ideologia política ou credo religioso.

No ano anterior, em setembro de 2019, a Fundação inaugurou a sua UTI – Unidade de Tratamento Intensivo, atendendo uma necessidade da região, buscando melhorar ainda mais o atendimento para a população da cidade de Içara/SC e região.

No exercício de 2020, o mundo inteiro se deparou com a pandemia generalizada causada pela COVID-19, fazendo com que autoridades, representantes e instituições da saúde voltassem sua máxima atenção para esta situação.

Em medidas para o combate e enfrentamento da pandemia, o Governo Federal repassou recursos da União para Hospitais, Fundações e Associações na área da Saúde para que os mesmos pudessem envidar o máximo de esforços possíveis para atender a alta demanda de infectados pelo COVID-19.

Em um ano totalmente atípico por causa da pandemia, que influenciou na vida de todas as pessoas, a Fundação recebeu um montante de recursos consideráveis para seu pleno funcionamento.

Antes mesmo da pandemia, entre o final de 2019 e início de 2020, foi firmado convênios junto ao Governo Estadual, com finalidade de custeio, inclusive para a nova UTI, e demandas normais do dia a dia, mas que também auxiliou no combate a pandemia, e onde estes valores estão exemplificados na Nota Explicativa nº 11.

Quanto aos valores específicos advindos do Governo Federal via SUS para utilização no combate a pandemia, a Fundação recebeu R\$ 3,6 milhões, conforme descrito na Nota Explicativa nº 14.

A contratualização dos convênios com o Governo Federal e Estadual, entre outras situações, também influenciaram diretamente no superávit apresentado no exercício de 2020, sendo que as previsões para os próximos exercícios são incertas, pois até o presente momento, não há o controle do avanço da pandemia, mesmo com a implementação das vacinas.

A Fundação vem tomando todas as medidas possíveis no sentido de atender a população neste momento tão difícil e espera conseguir salvar o maior número de vidas possíveis neste período tão difícil.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da Fundação em 05 de março de 2021.



NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A) Base para Preparação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem dispositivos introduzidos, pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, e Resolução CFC nº 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*.

B) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico de acordo com as normas descritas na Seção 2 da Resolução CFC nº 1.255/09.

C) Moeda Funcional

A Administração da Fundação definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas na Seção 30 da Resolução CFC nº 1.255/09.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

D) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, depósitos judiciais trabalhistas e cíveis e provisões tributárias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

E) Ajuste a Valor Presente

Quando aplicável, os valores sujeitos a tal ajuste, são convertidos ao valor presente, em contrapartida do resultado do exercício, obedecendo ao disposto na Seção 2 da Resolução CFC nº 1.255/09.

NOTA 03 – PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos contábeis adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, ressalta-se:



A) Instrumentos Financeiros Não Derivativos

A Fundação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Fundação possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

▪ Caixa e Equivalentes de Caixa

Abrangem saldos de caixa e depósitos a vista, assim como aplicações financeiras com liquidez imediata, demonstradas pelo custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

▪ Recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Corresponde a valores a receber de convênios com SUS e Planos de Saúde, registrados pelo valor original até a data do balanço, além de serviços médicos, subvenções a receber, contribuições e incentivos estaduais.

▪ Exigíveis

Abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial.

A Fundação não operou com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício.

B) Créditos de Convênios

Corresponde a valores a receber de convênios com SUS, Planos de Saúde Privados e Município, avaliados pelo valor justo.

C) Estoques

Foram avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superaram os preços de mercado.



D) Imobilizado

Os valores do ativo imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustados por reavaliação espontânea realizada no exercício de 2005 e depreciações acumuladas a partir de 2006, calculadas pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

Descrição	Taxa anual
Edificações	4%
Máquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Veículos	20%
Computadores e Periféricos	20%

No exercício de 2020 a Fundação manteve as taxas de depreciação comumente utilizadas.

E) Fornecedores

Obrigações nominais contraídas com fornecedores de bens e serviços, inclusive de profissionais médicos, devidos até a data do balanço.

F) Salários e Ordenados a Pagar

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários e encargos, devidos até a data do balanço.

G) Impostos, Taxas e Contribuições

Estão demonstrados pelos valores de encargos sociais e retenções sobre salários, tributos retidos de prestadores de serviços, tributos parcelados de forma simplificada junto à Receita Federal do Brasil e débitos que foram alocados no programa de recuperação PROSUS, conforme nota explicativa 19.

Saldos demonstrados pelo seu valor justo, incluindo os encargos financeiros, quando devidos, até a data do balanço.

H) Provisão para Férias

Foi constituída para cobertura das férias vencidas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos sociais até a data do balanço.

I) Subvenções para Custeio

São valores recebidos pela Secretaria do Estado de Santa Catarina para custeio da Fundação, onde vem sendo reconhecidos como Receita em conta de Resultado, mediante a geração das respectivas despesas correspondentes, obedecendo o regime contábil de competência.

J) Doações e Subvenções para Investimento

As doações patrimoniais representam acréscimos no ativo da Fundação com o fim de proporcionar recursos para o capital, inclusive sob forma de subvenções governamentais.



A subvenção é reconhecida no resultado ao longo da vida útil estimada do correspondente ativo adquirido com recursos de subvenções.

K) Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Demonstrados por valores de realização/obrigação, conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos auferidos, os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço.

L) Apuração do Superávit/Déficit

O superávit/déficit é apurado pelo regime de competência de exercícios para a apropriação de receitas, custos e ou despesas correspondentes.

Os recursos da Fundação foram aplicados em suas finalidades institucionais, conforme determinações de seu Estatuto Social.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Saldo contábil apresenta a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Caixa	23.289,09	27.028,95
Bancos Contas Movimento	307.012,17	2.774,70
Bancos Contas Aplicações/Vinculadas	6.562.070,64	2.802.121,36
Total	6.892.371,90	2.831.925,01

NOTA 05 – CRÉDITOS DE CONVÊNIOS

Os valores a receber do SUS e de outros convênios, estão assim distribuídos:

Descrição	2020	2019
SUS AIH	719,77	44.226,09
SUS APAC	111.110,40	166.665,60
SUS Contratualização	558.773,95	439.429,96
SUS Incentivo a Contratualização	30.751,24	76.452,33
SUS Incentivo a Maternidade	-	-
SUS Rede Urgência e Emergência	155.124,90	155.124,90
Planos de Saúde Privados	100.214,05	126.096,96
Outros Convênios	44.547,32	18.704,86
Total	1.001.241,63	1.026.700,70

NOTA 06 – ESTOQUES – MATERIAIS E MEDICAMENTOS

Saldos contábeis apresentam a seguinte composição:



Descrição	2020	2019
Materiais Hospitalares	456.303,15	188.692,70
Medicamentos	945.809,01	166.281,58
Materiais de Consumo	77.361,06	25.463,12
Materiais de Limpeza	16.226,75	9.142,28
Materiais de Expediente e Escritório	26.137,69	20.457,74
Materiais de Nutrição e Dietética	19.896,14	30.222,09
Material de Manutenção	9.778,76	3.527,74
Total	1.551.512,56	443.787,25

NOTA 07 – IMOBILIZADO

Segue composição dos itens que integram o Imobilizado, e as movimentações que ocorreram no exercício de 2020:

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Aquisições / Depreciações	Saldo em 31/12/20
Imobilizado	15.592.870,20	199.528,31	15.792.398,51
Bens em Operação	22.418.056,11	1.319.107,68	23.737.163,79
Terrenos	3.030.402,50	-	3.030.402,50
Edificações	10.203.648,08	178.676,75	10.382.324,83
Máquinas e Equipamentos	6.904.939,00	884.625,41	7.789.564,41
Móveis e Utensílios	1.519.329,39	147.234,45	1.666.563,84
Veículos	150.275,00	-	150.275,00
Computadores e Periféricos	538.562,28	108.571,07	647.133,35
Outras Instalações	70.899,86	-	70.899,86
Imobilizado em Andamento	15.085,96	106.351,43	121.437,39
Obras em Andamento	15.085,96	106.351,43	121.437,39
(-) Depreciações Acumuladas	(6.840.271,87)	(1.225.930,80)	(8.066.202,67)
(-) Edificações	(3.896.964,94)	(410.746,47)	(4.307.711,41)
(-) Máquinas e Equipamentos	(1.843.368,17)	(587.485,65)	(2.430.853,82)
(-) Móveis e Utensílios	(542.041,76)	(112.958,34)	(655.000,10)
(-) Veículos	(85.425,13)	(24.717,12)	(110.142,25)
(-) Computadores e Periféricos	(392.936,84)	(85.800,88)	(478.737,72)
(-) Veículos	(79.535,03)	(4.222,34)	(83.757,37)

NOTA 08 – FORNECEDORES

Saldo de fornecedores e honorários médicos a pagar, com a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Fornecedores	1.110.063,36	1.610.529,73
Honorários Médicos	994.269,85	1.263.603,83
Honorários Médicos – Plantões	950.718,66	1.007.897,66
Total	3.055.051,87	3.882.031,22

NOTA 09 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

Correspondem a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e Previdência Social, inclusive taxas, emolumentos e parcelamentos, demonstrados por valores nominais, acrescidos de encargos quando devidos, até a data do balanço.

Descrição	2.020		2.019		Obs.
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	
FGTS a Recolher e Parcelamento	360.898,35	166.315,47	430.563,56	434.672,83	W1
INSS – Empregados	54.796,14	-	215.436,61	-	W1
INSS – Autônomo a Recolher	3.195,49	-	2.221,78	-	W1
IRRF – Empregados	74.248,09	-	138.107,82	-	W1
IRRF – Autônomos	4.564,58	-	13.110,31	-	W1
IRRF – Pessoas Jurídicas	8.481,04	-	33.124,24	-	W1
Contribuições Retidas a Recolher	26.315,75	-	95.633,59	-	W1
Contribuição Social – Parcelamento	18.152,57	62.055,04	9.163,70	-	W1
ISS a Recolher e Parcelamento	22.778,44	58.954,97	43.537,49	-	W1
INSS Notificação PROSUS – nota 18	-	10.682.983,41	-	10.421.118,37	W2
INSS Patronal a Pagar PROSUS – nota 18	-	1.474.704,77	-	1.452.755,45	W2
PIS Folha de Pagamento PROSUS – nota 18	-	564.739,01	-	469.817,94	W2
INSS Parcelamento PROSUS – nota 18	-	6.474.558,15	-	6.315.268,97	W2
IRRF Pessoal PROSUS – nota 18	-	67.572,17	-	-	W2
INSS Parcelamentos – Outros	65.905,38	203.072,77	53.026,35	131.917,50	W1
IRRF – Parcelamento	36.082,58	111.180,55	18.991,42	28.840,69	W1
Total	675.418,41	19.866.136,31	1.052.916,87	19.254.391,75	

Onde:

W1 – Valores em abertos no mês e parcelamentos efetuados de forma simplificada pela Receita Federal.

W2 – Valores incluídos no programa PROSUS, conforme Nota Explicativa 19, onde a Fundação considera prudente mantê-los registrados e corrigidos contabilmente até sua consolidação por parte da Receita Federal do Brasil – RFB e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

NOTA 10 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Referem-se a recursos financeiros contraídos pela Fundação com taxas de juros de mercado, com a finalidade de capital de giro. Os valores apresentados estão atualizados até a data do balanço.

Descrição	Vencimento	2.020		2.019	
		Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Cooperativa Médica – Unimed	2.020	-	-	46.666,68	-
Giassi e Cia Ltda.	2.013	500.000,00	-	537.170,00	-
Total		500.000,00	-	583.836,68	-

NOTA 11 – SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

São recursos provenientes de convênios firmados junto ao Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, que possuem finalidade de custeio da Fundação, onde o mesmo só pode ser utilizado conforme determinado em cada plano de trabalho. Ao final do exercício de 2020, as subvenções para custeio estavam assim representadas:

Data	Convênio	Valor do Convênio	Saldo Convênio
12/12/2019	2019TR001555	480.000,00	961,83
13/12/2019	2019TR001565	1.096.420,00	73.638,62
15/05/2020	2019TR008624	2.700.000,00	820.063,29
15/05/2020	2019TR008767	1.200.000,00	470.010,97
11/12/2020	2020TR001114	1.608.000,00	1.564.989,84
11/12/2020	2020TR001366	773.407,50	773.462,09
15/12/2020	2020TR001375	1.300.000,00	1.299.128,55
29/12/2020	2020TR001674	600.000,00	465.619,44
30/12/2020	2020TR009707	480.000,00	480.006,78
Total		10.237.827,50	5.947.881,41

Estes valores estão sendo reconhecidos como Receita em conta de Resultado, conforme geração das respectivas despesas correspondentes por meio do regime contábil de competência, para que posteriormente ocorra seu pagamento por meio dos recursos que se encontram em contas bancárias vinculadas.

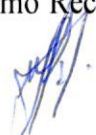
A previsão é que os saldos destes convênios sejam reconhecidos como Receita em conta de Resultado no decorrer exercício de 2021.

NOTA 12 – SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

Valores referentes a contratos firmados com a Secretaria do Estado da Saúde de Santa Catarina, com o objetivo de viabilizar recursos financeiros para investimentos no patrimônio e nas instalações da Fundação, com a seguinte composição:

Convênio	Valor	Finalidade
19647/2009-9	620.173,24	Valor utilizado para construção da UTI
8.279/2012-1	111.057,67	Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares
2018TR000396	2.283.194,23	Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares
2018TR000402	1.373.910,05	Valor utilizado para construção da UTI
2018TR001627	521.095,35	Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares
850801-2017	156.708,93	Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares
850688-2017	404.014,74	Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares
850802-2017	287.589,74	Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares
0868766-2018	411.259,22	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes
2020TR000534	243.813,64	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes
879372-2018	63.601,96	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes
Total	6.476.418,77	

Estes saldos estão apresentados de forma atualizada, onde os mesmos estão sendo reconhecidos como Receita em conta de resultado de forma proporcional a depreciação mensal.



NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido negativo no valor de R\$ 12.132.080,51 (doze milhões, cento e trinta e dois mil, oitenta reais e cinquenta e um centavos), é resultante de:

- R\$ 19.731,00 (dezenove mil, setecentos e trinta e um reais) positivo: referente a aumento de Patrimônio Social com a inclusão de um terreno urbano situado no Balneário Rincão, referente ao lote 34 da quadra 175, loteamento ARGU, conforme registro R-3/28.152, do Cartório de Jorge Bertan, doado pelo Senhor Arcolino Guglielmi, no valor de R\$ 2.500,00; Um monitor fetal Cardiotocógrafo, modelo MFC-500, marca Microem, doado pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, mantida pela Fundação Educacional de Criciúma – FUCRI, conforme termo de doação, no valor de R\$ 17.231,00.
- R\$ 9.229.589,97 (nove milhões, duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos) positivo: referente reavaliação patrimonial realizada no exercício de 2005.
- R\$ 23.827.418,56 (vinte e três mil, oitocentos e vinte e sete reais, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta e seis centavos) negativo: referente ao montante de déficits e superávits acumulados de exercícios anteriores;
- R\$ 2.446.017,08 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis reais, dezessete reais e oito centavos) positivo: referente ao superávit registrado no exercício de 2020.

Os déficits apurados de períodos anteriores provém basicamente do provisionamento da quota patronal do INSS, em virtude da Fundação não possuir o Certificado de Entidade de Assistência Social (CEBAS) emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS no período de nov./2005 a dez./2008, gerando passivos Previdenciários que foram incluídos no Parcelamento PROSUS e atualizados conforme determina a legislação fiscal.

Em junho de 2012 a Fundação recebeu o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, emitido pelo Ministério da Saúde através da portaria SAS/MS Nº. 0608, publicado no DOU em 28 de junho de 2012, com validade para três anos a contar da data da publicação no DOU. A mais recente renovação do Certificado, onde atualmente também se encontra em vigor, ocorreu por meio da Portaria Nº 979 de 08 de outubro de 2020 para o período de 17 de novembro de 2020 a 16 de novembro de 2023.

NOTA 14 – RECEITAS COM SAÚDE - OPERACIONAIS

A Fundação obteve as seguintes receitas operacionais no exercício de 2020:

Descrição	2020	2019
Receitas com Saúde - Operacionais	29.951.902,79	15.757.212,81
Receitas de Serviços por Convênio	13.915.442,38	9.473.969,57
Sistema Único de Saúde - SUS	13.664.197,45	8.942.448,08
Plano de Saúde Privado	250.973,46	527.351,46
Outros Convênios	271,47	4.170,03
Receitas de Serviços Externos	642.612,57	691.581,99
Apartamentos	422.793,54	479.852,97
Taxas, Materiais e Medicamentos	219.819,03	211.729,02
Receitas de Subvenções	15.023.784,98	5.430.499,25
Governo Estadual	10.594.336,98	1.822.814,75
Governo Municipal	4.429.448,00	3.607.684,50
Outras Auxílios	370.062,86	161.162,00
Doações	370.062,86	161.162,00

W1 – O aumento se deve principalmente devido ao montante de R\$ 3.608.464,29, que foram recursos recebidos do Governo Federal para utilização nos atendimentos relacionados a pandemia COVID-19.

W2 – Convênios firmados entre final de 2019 e início de 2020, porém todos recebidos no decorrer de 2020, com o Governo Estadual, para custeio das atividades normais da Fundação.

NOTA 15 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido está segregado da seguinte forma:

Descrição	2.020	2.019
Receitas Financeiras	9.342,54	13.727,66
Descontos Obtidos	5.587,62	203,60
Juros Recebidos	2.435,08	13.524,06
Sobras Distribuição Unired	1.319,84	-
Despesas Financeiras	(764.169,67)	(585.224,49)
Despesas Bancárias	(14.684,71)	(7.549,78)
Juros	(337.423,49)	(144.414,58)
Multas	(28.475,73)	(23.901,33)
IOF - Imposto Sobre Operação Financeira	(2.214,15)	(4.637,81)
IRRF Sobre Aplicação Financeira	-	-
Atualização de Parcelamentos	(40.588,49)	(40.561,31)
Atualização Monetária	(337.322,00)	(351.108,79)
Outras Despesas Acessórias	(1.711,22)	(10.143,24)
Tarifas Cartão de Débito/Crédito	(1.749,88)	(2.907,65)
Resultado Financeiro	(754.827,13)	(571.496,83)

NOTA 16 – APLICAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos da Fundação foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

NOTA 17 – GRATUIDADES CONCEDIDAS

Em atendimento ao disposto no artigo 4º da Lei nº 12.101/09, a Fundação Social Hospitalar de Içara, no exercício de 2020, ofertou prestação de serviços ao S.U.S. equivalente a 89,77% de seus atendimentos totais, conforme exposto a seguir:

Período	Total de Atendimentos	Atendimentos SUS	% SUS
Exercício de 2020	69.886	62.739	89,77%
Exercício de 2019	108.711	101.313	93,19%

Para o exercício de 2020, houve uma redução no número total de atendimentos, ocasionados principalmente pela pandemia do COVID-19, em que o tempo de internação foi maior (média de 3,5 dias por paciente em 2020, ante 2,5 dias em 2019). Em 2019, houveram 4.065 internações, sendo que em 2020 este número reduziu para 3.749. Esta situação acabou refletindo diretamente em outros tipos de atendimentos da Fundação, como os ambulatoriais, que se tratava principalmente das cirurgias eletivas, em 2019 foram de 27.589 ante 12.090 em 2020, e também nos atendimentos de Emergência, que em 2019 foram de 56.020 ante 38.947 em 2020.

NOTA 18 – RESPONSABILIDADES CONTINGENCIAIS

Encontram-se em andamento ações indenizatórias, cíveis e trabalhistas, movidas contra a Fundação, no montante aproximado de R\$ 11 milhões de valores de causa, classificados como “possível” de perda conforme esboçado pela assessoria jurídica da Fundação, dispensando sua provisão contábil, conforme normativos vigentes.

NOTA 19 – ADESÃO AO PROGRAMA PROSUS

Com a criação do Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde - PROSUS, criado pela Lei nº 12.873 de 24 de outubro 2013, a Fundação vem atendendo as exigências necessárias para enquadramento no referido programa, tanto que sua adesão foi aprovada por meio de condição resolutiva, através da Portaria nº 866, de 11 de setembro de 2014, do Ministério da Saúde, processo nº 25000.121232/2014-35. O último dossiê contendo a documentação necessária, foi enviado ao administrador do programa, dia 04 de dezembro de 2015. Os débitos apurados até a data limite de 31 de março de 2014 (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 18, de 06 de outubro de 2014), estão registrados contabilmente com seus respectivos valores corrigidos até o encerramento das demonstrações contábeis referente exercício de 2018, assim discriminados:

Descrição	2020		2019	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
INSS Notificação	-	10.682.983,41	-	10.421.118,37
INSS Patronal a Pagar	-	1.474.704,77	-	1.452.755,45
PIS Folha de Pagamento	-	564.739,01	-	469.817,94
INSS Parcelamento	-	6.474.558,15	-	6.315.268,97
IRRF Pessoal	-	67.572,17	-	-
Total	-	19.264.557,51	-	18.658.960,73

Em janeiro e fevereiro de 2016, a Fundação protocolou a desistência de todos os processos judiciais envolvendo a cobrança dos tributos mencionados, sendo esta uma das exigências para enquadramento no PROSUS, e consequentemente, o início da vigência do período de moratória de 180 meses.

Em maio de 2016, o Ministério da Saúde indeferiu a adesão ao PROSUS pela Portaria nº 601/16, considerando o Parecer Técnico nº 79/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS e o Despacho nº 80/2016/DECEBAS/SAS/MS, constantes do processo nº 25000.121232/2014-35/MS, que concluíram que a Fundação não atende ao requisito do inciso II do art. 29 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013.

A Fundação interpôs um recurso desta decisão proferida pelo Ministério da saúde, onde teve seu pedido Deferido, sob judice, à adesão ao PROSUS, conforme consta na Portaria Nº 959 de 28 de junho de 2018.

Desta forma, a Fundação aguarda pela consolidação dos seus débitos tributários por parte da Receita Federal do Brasil – RFB e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN para remissão destes, sendo que a previsão é que isto ocorra no exercício 2021.

NOTA 20 – EVENTOS SUBSEQUENTES – COVID-19

Conforme amplamente divulgado, em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou surto de pandemia mundial, causado pelo Coronavírus (COVID-19). Ainda em 2020, o Governo brasileiro reconheceu o estado de calamidade pública, sendo que os

estados da federação adotaram medidas restritivas e uma série de cuidados com objetivo de estancar o avanço da pandemia.

Apesar da Fundação ter apresentado um resultado positivo no exercício de 2020, para 2021, o cenário permanece desconhecido, havendo uma forte insegurança pelo país que atinge todos os setores da economia. A doença vem causando alta volatilidade em todos os ativos financeiros, de forma que a FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA vem acompanhando os acontecimentos recentes e avaliando os eventuais impactos sobre suas operações, bem como tomando todos os cuidados e medidas necessárias conforme protocolos de saúde emitidos pelo Governo Estadual e Municipal.

A Fundação, devido ao seu caráter social na área da saúde, vem adotando todas as medidas possíveis para melhor atendimento de toda a população neste momento de dificuldade, por meio de alas exclusivas para atendimento de pacientes positivados com o Covid-19, também adquirindo medicamentos e equipamentos por meio de recursos públicos recebidos de convênios emergenciais firmados com o Governo Federal, via Sistema Único de Saúde – SUS.



Fundação Social
São Donato Hospitalar de Içara
Valmor da Silva
CPF 341.243.309-67
Diretor Presidente



ANTÔNIO DE MELLO
Contador
CPF 245.376.919-72
CRC-SC 12.837/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros da
FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA
Içara/SC

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada **“Base para a opinião com ressalva”**, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Os valores do ativo “Imobilizado” mantêm-se registrados pelos custos históricos, ajustados por depreciações acumuladas, calculadas às taxas estabelecidas em função do tempo de sua vida útil fixadas por espécie de bens. A Fundação realizou no ano de 2005 o inventário físico dos bens patrimoniais, porém até os dias de hoje, o relatório não se apresenta de forma segregada por grupo de contas contábeis, utilizado apenas para fins de controles físicos. Não obtivemos evidências de novos levantamentos físicos destes bens, comprovando sua existência, bem como sua localização. Para o encerramento do exercício de 2020, não foram aplicados os testes de recuperabilidade desses ativos, conforme orientação do Comunicado Técnico CPC 01 e Seção 17 da Resolução CFC Nº 1.255/09, nos impossibilitando de opinar quanto à realização de seus valores residuais.

Para o encerramento do exercício de 2020 não foi possível acompanhar os inventários físicos de estoques, bem como não nos certificamos da exatidão das quantidades determinadas mediante outros procedimentos de auditoria, impossibilitando-nos de opinar quanto a realização de seus valores.

Embora a Fundação tenha apresentando superávit no exercício de 2020, com a soma dos déficits acumulados de exercícios anteriores, seu Patrimônio Líquido permanece negativo. Os déficits foram gerados principalmente pela atualização de débitos previdenciários relativos ao triênio de 2009 a 2011, em que a Fundação não possuía o Certificado de Filantropia concedido pela CNAS. Tais débitos foram incluídos no Parcelamento PROSUS, que permanece pendente de consolidação pela Procuradora Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Fundação também apresenta o seu capital circulante líquido negativo, onde se evidencia as dificuldades de ordem financeira para honrar os compromissos assumidos a curto prazo. Essas situações, indicam a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Fundação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Adesão ao Programa PROSUS

Conforme descrito na Nota Explicativa 19, o Ministério da Saúde indeferiu, por meio da Portaria Nº 601, de 23 de maio de 2016, a adesão da Fundação ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde – PROSUS, criado pela Lei nº 12.873/13, considerando o Parecer Técnico nº 79/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS e o Despacho nº 80/2016/DECEBAS/SAS/MS, constantes do processo nº 25000.121232/2014-35/MS, que concluiu que a entidade não atende o requisito do inciso II do art. 29 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013. A entidade interpôs recurso da decisão, onde obteve deferimento, sob judge à adesão ao PROSUS, conforme consta em Portaria Nº 959 de 28 de junho de 2018. Diante disto, a Fundação aguarda consolidação dos débitos tributários em aberto, administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, registrados até dia 31 de março de 2014. Nossa opinião não contém ressalva com relação a este assunto.

Eventos Subsequentes – Covid-19

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa nº 20 - **Eventos Subsequentes – Covid-19**, sobre as avaliações dos riscos e incertezas que estão sendo avaliados pela Entidade em relação aos impactos futuros em suas operações e sua continuidade operacional, ocasionado pela pandemia atualmente.

Outros Assuntos

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

Em junho de 2012 a Fundação recebeu o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, emitido pelo Ministério da Saúde através da portaria SAS/MS Nº. 0608, publicado no DOU em 28 de junho de 2012, com validade para três anos a contar da data da publicação no DOU. A mais recente renovação do Certificado, onde atualmente também se encontra em vigor, ocorreu por meio da Portaria Nº 979 de 08 de outubro de 2020 para o período de 17 de novembro de 2020 a 16 de novembro de 2023.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma/SC, 05 de março de 2021.

Valutare Contadores Ltda.
CRC/SC nº 10.314/O-1



Ramon Victor Roseng Zanette
Contador CRC-SC nº 037.344/O-1
Auditor Independente CNAI nº 5.005